

Sílvia Asam da Fonseca – Programa EHPS da PUC/SP

Leitura x Prática

A indicação bibliográfica e as notas de rodapé na revista “*Escola Secundária*”

Ao longo de toda a década de 1940 e 1950, o crescimento do ensino primário e os processos de urbanização/industrialização trouxeram consigo uma situação nova para o panorama educacional brasileiro: a expansão do ensino secundário¹. O aumento do número de estabelecimentos de ensino e da população escolarizada, juntamente com as leis contra o trabalho infantil e a migração para as cidades levaram a uma expansão “quantitativa” do número de matrículas e a maior pressão por vagas nas escolas secundárias. Conseqüentemente, surge a necessidade de mais professores.

Um dos problemas associados à expansão do ensino secundário foi a formação de professores que cumprissem as exigências legais: ou seja, nos termos da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei 4.244 de 30 de janeiro de 1942), “conveniente formação, em cursos apropriados, em regra de ensino superior.”(art.79 § 1)

A expressão “em regra” abria caminho para soluções alternativas: Exames de suficiência² promovidos pelo ministério nas grandes cidades onde não houvesse faculdades capazes de formar professores nas licenciaturas, concediam autorização para outros profissionais (advogados, médicos, farmacêuticos,...) lecionarem no ensino secundário.

Isso porque a contínua expansão dos estabelecimentos de Ensino Secundário e das matrículas nos Ginásios e colégios brasileiros trazia consigo a constante necessidade de professores e a crônica carência de faculdades de Filosofia capazes de atender a esse mercado. Quanto maior o número de matrículas no ensino secundário, maior o número de candidatos a cursar as faculdades de Filosofia que, mesmo assim, por sua vez, formavam menos professores do que os necessários para a constante expansão das matrículas no secundário. O resultado dessa crônica expansão do número de classes e matrículas é o aumento do número de professores não-habilitados que precisavam sair da situação “precária” em que se encontravam e, conseqüentemente, criando uma situação de impasse para o

¹ Em 1931 é publicada a reforma referente ao ensino secundário, que ficava dividido em fundamental de 5 anos e complementar de 2 anos. Posteriormente, em 1942/1943, na reforma Capanema, o ensino secundário fundamental é estabelecido em 4 anos e o complementar em 3. Os ensinos primário, normal e agrícola só serão reformados em 1946. (SILVA, 1969).

Essas leis consolidam uma diferença há muito existente entre ensino secundário e ensino médio. Segundo esse ordenamento, o único nível de ensino que habilitaria o aluno a freqüentar o ensino superior seria o secundário completo (fundamental e complementar). Os ensinos técnicos, incluída aí a escola normal, eram considerados ensino médio e não habilitavam o aluno ao ensino superior.

² Cf. portaria 501/1952 art 109.

Ministério. Como cumprir a lei e, ao mesmo tempo, garantir o atendimento da pressão por mais vagas no secundário?

Na verdade, as faculdades de filosofia que poderiam formar esses profissionais eram ainda recentes no Brasil (RIBEIRO, 2002).

À parte o debate sobre os reais objetivos das faculdades de Filosofia, esse quadro de carência de professores para o ensino secundário obrigou o MEC a permitir, em caráter provisório, o exercício do magistério a profissionais que não cumpriam as exigências legais. São médicos lecionando Biologia, advogados ensinando Português e assim por diante. Para minimizar esse quadro de despreparo dos professores desse grau de ensino, o MEC organiza treinamentos, cursos e exames de suficiência³ para habilitar profissionais de outras áreas ao magistério secundário.

Devido, em parte, às reprovações nos exames de suficiência e, em parte, na dificuldade de garantir uma certa homogeneidade nos estabelecimentos equiparados⁴ de ensino ginasial e colegial, o Departamento do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, lançou a CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário) que publicou a revista *Escola Secundária* como parte dos esforços da diretoria do Ensino Secundário para divulgar suas atividades, conhecimentos técnicos e cursos de preparação para tentar diminuir o número de reprovações nos exames de suficiência.

Segundo Gildásio Amado, à época diretor do ensino secundário do MEC, na Apresentação da revista *Escola Secundária*: “a educação secundária tende a generalizar-se a todos os adolescentes e já não tem simples função preparatória para estudos superiores.” (v.1, n°.1, 1957, p.3)

O periódico surge com tiragem inicial de 7.000 exemplares (posteriormente, em 1959, 10.000) para um público alvo de 40.000 professores. Sua estratégia editorial é esclarecida no n°. 1 por Gildásio Amado:

“ESCOLA SECUNDÁRIA destina-se a prestar informações, esclarecimentos, sugestões e assistência técnica a esses 40.000 professores secundários que, espalhados por todos os quadrantes do nosso território, trabalham na árdua sementeira da educação e da cultura nacional. Visa também a servir de veículo de intercâmbio entre o professorado brasileiro, na troca de idéias, sugestões e experiências, favorecendo a formação de uma nova mentalidade, mais progressista, mais propícia à observação objetiva, à experimentação renovadora e à revisão crítica dos postulados, finalidades, currículos e métodos em que se baseia toda a atuação educativa de nosso magistério.” (p.8)

³ O exame de suficiência estava previsto na portaria 501/1952 artigo 109, que também regulava locais, forma e critério de atribuição de notas para os candidatos. (FONSECA, 2004, p.95)

⁴ São estabelecimentos equiparados: “os estabelecimentos de ensino secundário cuja organização, sob todos os pontos de vista, possua as condições imprescindíveis a um regular e útil funcionamento.” (artigo 72 da Lei Orgânica do Ensino Secundário. Cf. FONSECA, 2004, p.51)

A revista *Escola Secundária* circulou trimestralmente de junho de 1957 a 1961 (17 números) com dois números extemporâneos em 1963; todos com mais de 100 páginas e menos de 135. Segundo Anna Augusta Drumond (2002) no *Dicionário de Educadores no Brasil* (verbete de José Carlos de Mello e Souza), a distribuição da revista era gratuita para quem freqüentasse os cursos da CADES, o que significava em média 4 mil professores leigos apenas para os cursos de janeiro e fevereiro que antecediam as provas de suficiência nas localidades onde não houvesse Faculdade de Filosofia capaz de atender às necessidades das escolas secundárias.

Durante o período de circulação, a revista apresentou poucas alterações de formato e, *grosso modo*, pode ser dividida em quatro partes.

A primeira era composta pelos editoriais, conferências, palestras e artigos de “defesa da escola secundária” escritos, em sua maioria, pelos membros da diretoria do Ensino Secundário do MEC (principalmente, Gildásio Amado, J. C. Mello e Souza, Luiz Alves de Mattos) bem como contribuições de professores, orientadores educacionais, diretores ou inspetores. A maior parte dos posicionamentos explícitos da editoria aparecem nesse núcleo inicial, demonstrando a posição desse grupo em relação aos debates que ocorriam na sociedade da época quanto à educação secundária. Nessa parte é evidente a defesa da maior autonomia das escolas, do ensino mais “prático”, das orientações educacionais e das inspetorias.

Seguem-se a ela, duas outras seções denominadas “Didática Geral” e “Orientação Educacional” que, articuladas à primeira parte, contemplam discussões técnicas de interesse geral de todos os professores, orientadores e diretores. São itens dessas seções: relação pais e mestres, pais e filhos, o papel da família, planejamento, método, objetivos de ensino, metodologia de planejamento, dentre outros. Esse bloco defende a autonomia de planejamento, as especificidades locais, a necessidade de maior informação dos professores sobre os avanços das metodologias e, acima de tudo, a necessidade de Orientação Educacional nas escolas.

Um outro bloco, subdividido por matérias, oferece exemplos de planejamentos, avaliações e trabalhos desenvolvidos. Em menor grau, pequenos debates sobre a natureza da matéria e seus objetivos. Essa divisão por matérias traz notícias de inquéritos, simpósios e encontros específicos das disciplinas. Pode-se perceber nesse processo uma série de debates tanto pedagógicos quanto políticos. Por exemplo, a seção relativa a Latim, começa com questões muito práticas mas, à medida que os debates no Legislativo caminham e a extinção, ou diminuição da importância do latim no ensino secundário se torna mais próxima, a seção passa a apresentar a necessidade do estudo de Latim para compreender as civilizações clássicas, a gramática da língua “vernácula” e do francês. O próprio francês perde relevância, ao longo dos números, à medida que nos debates da nova lei, o ensino de duas línguas estrangeiras no secundário é questionado.

Um quarto bloco denominado NOTÍCIAS DA CADES prestava contas da atuação do órgão, cursos dados, exames aplicados e material distribuído. Além de algumas seções episódicas, tais como: Consultório Didático, Educandários

Nacionais, no primeiro ano de publicação e Atividades Extraclasse, a partir do número 10 (1959).

Fazem parte dos temas abordados pela revista: modelos de prova, exemplos de planejamento, discussões sobre atividades extra-classe, sugestões didáticas para determinados conteúdos e indicações bibliográficas.

Inicialmente, a proposta era analisar as indicações bibliográficas oferecidas aos professores pela revista em suas várias seções e editoriais.

**Tabela 1 –
Artigos com indicações de Leitura para Professores**

Revista	Seção	Título	Autor
No. 2, setembro de 1957	Didática Geral	Seleção e Avaliação de Livros didáticos	Prof. Luiz Alves de Mattos (redator-chefe da revista)
No. 3 dezembro de 1957	Língua Vernácula	Orientação Bibliográfica dos Professores de Português	Prof Maximiano de Carvalho e Silva
No. 7 dezembro de 1958	Desenho	Bibliografia Mínima Indispensável de Desenho	Prof. Sennem Bandeira
No. 8 março de 1959	Didática Geral	A Biblioteca Escolar e as Bibliotecas de Classe	Prof. Luiz Alves de Mattos
No. 8 março de 1959	Didática Geral	Indicações Bibliográficas	Prof. Luiz Alves de Mattos
No. 8 março de 1959	Geografia e História	Bibliografia Geográfica	(A redação)
No. 12 junho de 1960	Língua Vernácula	Cem obras essenciais da Literatura Brasileira	Prof. Luiz Paula Freitas
No. 12 junho de 1960	Línguas Estrangeiras	O problema dos Compêndios: Livros didáticos e Livros auxiliares	Prof. Miguel Azevedo Filho
No. 14 dezembro de 1960	Línguas Estrangeiras	Organize sua Biblioteca – Indicação Bibliográfica para	(A redação)

		o ensino de Inglês	
No. 14 dezembro de 1960	Geografia	Organize sua Biblioteca	Prof. Tharceau Nehrer
No. 16 junho de 1961	Didática Geral	A Escolha do livro didático	Prof. Clemen Barreto Sampaio
No. 16 junho de 1961	Geografia	Organize sua Biblioteca de Geografia do Brasil	Prof. Tharceau Nehrer
No. 16 junho de 1961	História	Bibliografia para História do Brasil (I série Ginásial)	Profa. Eddy Flores Cabral
No. 17 setembro de 1961	Inglês	Bibliografia sobre a Metodologia do Ensino de Inglês	Profa. Maria Isabel Abreu
No. 18 s.d. 1964	Geografia	Organize sua Biblioteca de Programas de História	Prof. Tharceau Nehrer

Fonte: revista “Escola Secundária”

Observando-se a tabela, percebem-se algumas tendências e, sobretudo, muitas ausências. A maioria dos artigos refere-se a bibliografias específicas das disciplinas em questão e livros didáticos, mais uma vez da disciplina em si. Disciplinas como Matemática, Física, Biologia e Química não apresentaram ao longo de todo o período de existência da revista um único artigo que indicasse bibliografia de qualquer tipo para os professores daquelas disciplinas. A disciplina História apresentou apenas um artigo com indicações bibliográficas ao passo que Geografia apresenta uma relação de livros de História indicados para os professores de Geografia. Por outro lado, a disciplina de Desenho oferece uma bibliografia mínima indispensável para o professor da disciplina que contém 27 livros (5 dos quais escritos pelo autor do artigo prof. Sennem Bandeira) que incluem obras de Filosofia Estética e apreciação de arte. Vale lembrar que, à época, o currículo da disciplina incluía desenho geométrico e desenho livre.

Quanto à sessão Didática Geral, onde se imaginaria encontrar os livros de caráter mais especificamente pedagógicos, apenas dois artigos publicados em 1959 abordam a bibliografia específica⁵. Dentre esses livros, três são de quadros do

⁵ Estas são as obras apresentadas na forma como foram citadas no artigo. Primeiro o título sem qualquer negrito ou itálico, seguido pelos dados da edição entre parênteses e, finalmente, o autor.

Sumário de Didática Geral (Editora Aurora – 2ª. ed – Rio, 1959 – 382 págs.)

Autoria: Prof. Luiz Alves de Mattos

Os objetivos e o Planejamento do Ensino (editora Aurora – Rio, 1957 – 212 págs.)

Ministério (Prof. Luiz Alves de Mattos, também editor da Revista e prof. Valnir Chagas).

Restava então enfrentar o desafio de compreender como os editores da revista, ligados ao Ministério da Educação e, especificamente, à formação do professor secundário, compreendiam a importância da leitura tanto de obras específicas quanto de obras mais gerais.

Esse trabalho concentrou-se, inicialmente, na análise das indicações bibliográficas citadas na tabela 1. Os temas que percorrem várias seções tratam de bibliografia mínima, biblioteca de classe e assuntos correlatos. Na maior parte dos artigos pesquisados, as referências à literatura pedagógica foram bastante escassas.

Surgiu então um problema. Como uma revista destinada ao aperfeiçoamento da formação pedagógica do professor que está em sala de aula promovia a divulgação das questões ligadas às ciências pedagógicas?

O primeiro passo foi pesquisar os temas das seções Didática Geral e Orientação Educacional. Supostamente, essas duas seções teriam como parte do seu temário a formação pedagógica do professor e do orientador. Nesses artigos, encontrei algumas indicações de livros mas, quase sempre, a discussão permanecia em torno de práticas e não de subsídios teóricos. Este, quando aparecia, encontrava-se nas notas de rodapé.

Procedi, então, à análise das citações bibliográficas encontradas nas notas de rodapé da revista. A hipótese era que, identificando um “corpus” teórico, encontrasse a posição da revista em relação aos temas pedagógicos em pauta naquele momento.

Esse artigo é um relato parcial dessa análise e foi desenvolvido a partir do projeto de pesquisa financiado pelo CNPq “Livros para professores: levantamento e análise de dados para o mapeamento de sua produção e circulação (1850-1950)” e liderado pelas professoras Marta Maria Chagas Carvalho e Maria Rita de Almeida Toledo.

Acompanhando as notas de rodapé e citações no interior dos artigos da revista, identifiquei algumas características dessa maneira peculiar de indicação bibliográfica.

Durante os quatro primeiros números (primeiro ano da revista 1957/1958), há significativo predomínio das citações em língua estrangeira, em especial, francês e bibliografia relativamente antiga, anterior a 1950.

Educação Moderna – Seus métodos e Objetivos (Autor: T. Raymont; tradutor: Manuel Campos; Editora Fundo de Cultura, Rio, 264 páginas)

Didática Especial de Línguas Modernas (companhia Editora Nacional, São Paulo – 504 págs.)

Autoria: Prof. R. Valnir C. Chagas

A arte de Ensinar

(Melhoramentos, São Paulo – 275 págs.)

Autoria: Gilbert Highet (trad. Lourenço Filho).

À medida que a revista continua sua trajetória, ela torna-se cada vez mais auto-referente ou, o que também é significativo, cita nas notas de rodapé os autores/colaboradores mais freqüentes da revista.

Assim, por exemplo, o maior colaborador individual de Latim da Revista com 7 artigos em um total de 18, além de citar obras de sua autoria, quando precisa citar alguma obra didática cita o livro de Luís Alves de Matos (*Sumário de Didática Geral*), editor da mesma, e os artigos da própria revista.

As colaboradoras das seções *Didática Geral* e *Orientação Educacional* Irene Mello Carvalho e Doris de Mello Brito, citam-se mutuamente e como obras de referência utilizam o mesmo *Sumário de Didática Geral* de Luiz Alves de Mattos e um artigo de Lourenço Filho na revista do SENAC.

Alguns dos autores adotaram um estilo cheio de citações, em especial Malba Tahan⁶ (Matemática), Ernesto Faria (Latim) e José Sennem Bandeira (Desenho). Nesse caso, as citações são mais uma prova da “competência” do autor do que uma indicação para o professor.

Malba Tahan, por exemplo, em seu artigo “Voltemos ao Mercado de Vinho (no. 2, publicada em 1957) utiliza-se de 18 citações das quais apenas um artigo do professor Raja Gabaglia, uma edição brasileira (SEDWICK e TYLER, *História da Ciência* publicada em 1950 pela ed. Globo) e uma portuguesa VASCONCELOS, *História das Matemáticas na Antigüidade*, publicada em Lisboa em 1920. Todas as demais citações em língua estrangeira (francês, inglês, italiano e espanhol) e a mais recente datada de 1954.

Esse é outro fato a ser levado em consideração. Das citações encontradas, há um grande número de obras anteriores à década de 1950. Muitas das décadas de 1900, 1910 e 1920. A bibliografia recente é, em sua maioria, publicada em Português, enquanto as mais antigas tendem a ser em língua estrangeira, especialmente inglês (caso mais relevante nas sessões de Língua Estrangeira, Didática e Orientação) e francês (Latim e Desenho). Embora essa não possa ser considerada uma regra.

Para a sessão de Latim, uma referência importante foi um estudo feito nos Estados Unidos sobre o ensino da língua denominado *The classical investigation*⁷.

A partir do ano de 1961, data da promulgação da LDB, as citações escasseiam e o número de citações da própria revista se amplia.

Essa mudança é acompanhada de um aumento dos artigos sobre prática de sala de aula, já freqüentes nos números anteriores da revista, tais como: “Educação Áudio-Visual” (seção Didática Geral no. 15 – 1961), “Memorização de Conceitos no Estudo de Física” (no mesmo número), “O ensino das Médias Aritmética,

⁶ Pseudônimo do professor Júlio César de Mello e Souza. Autor do livro “O Homem que calculava” e irmão do professor José Carlos de Mello e Souza, à época funcionário do Departamento de Ensino Secundário, responsável pela CADES e pela publicação da revista.

⁷ Esse estudo iniciou-se em 1924 (que determinou uma mudança no ensino da língua, do foco da língua falada e da escrita para a leitura. Posteriormente ampliado em 1952-1953 na Universidade de Michigan, esse estudo sugeriu como centro da discussão a utilização da lingüística no ensino do Latim, ROSS (capturado em 10 de outubro de 2005 em: <http://www.umich.edu/~cfc/rosslatin.htm>).

Geométrica e Harmônica” (Seção matemática no. 16 – 1961), “Novos métodos de ensino de Francês (no. 17 de 1961).

Partindo-se do pressuposto que as seções “Didática Geral” e “Orientação Educacional” destinavam-se especialmente ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas na escola⁸, fiz um levantamento das obras utilizadas no corpo dos textos destas seções para melhor compreender a forma como era tratada a questão bibliográfica na revista.

O primeiro fato a ser analisado é que até o número 8, as citações bibliográficas são relativamente freqüentes embora não abundantes. (média de 2 por artigo), a partir desse número, apenas 3 outros artigos contêm alguma bibliografia de estudo, sendo que apenas um (“A Orientação Educacional e seus porquês” de autoria do Pe. Erádio Conduru Pinto Marques, no. 13) contém uma bibliografia organizada e comentada. Nos demais, apenas uma citação sobre a origem de dados utilizados. Esse decréscimo de citações é acompanhado no resto das seções por um aumento do número de citações auto-referentes (seja a artigos da própria revista, seja a obras de seus colaboradores habituais).

Os autores mais freqüentemente citados nesta seção foram:

Luis Alves de Mattos, em especial seu *Sumário de didática Geral* publicado pela CADES com 4 citações apenas nessa seção, sendo que suas obras são também lembradas nas seções “Didática Geral”, Desenho, Línguas Estrangeiras, dentre outras.

Arthur Jones, cujo livro *Principles of Guidance and Pupils Personnel Work* além de citado (3 vezes) ainda serviu de base para os dados analisados em 2 artigos.

Isabel Junqueira Schmidt que, embora brasileira, teve uma obra citada em espanhol *Orientación Educacional en el Brasil* (Ed. Kapelusz, B. Aires, 1949) e artigos da autora na própria revista. Ela é uma das colaboradoras mais constantes de todo o período.

Quanto aos pensadores da educação, saliento a citação de AGUAYO, A. M. – *Pedagogia Científica* referência para vários artigos das seções de Línguas (Vernácula, Estrangeiras e latim) mas não aparece em outras seções.

A partir dos artigos publicados, das citações analisadas e das indicações bibliográficas, percebe-se a preocupação dos editores, sobretudo após 1959 de oferecer modelos práticos de trabalho em sala de aula, mais do que referenciais teóricos ou reflexões sobre a educação ou o magistério. Os artigos cujas citações são abundantes parecem muito mais um estilo do autor do que uma intenção dos editores da revista.

Analisar as citações bibliográficas nos artigos da revista *Escola Secundária* ofereceu a oportunidade de verificar saberes e práticas escolares em circulação no período.

Vale ainda salientar a importância da revista para os exames de licença e de suficiência, conforme exposto no início. Nesse caso, os exames tinham como foco

⁸ Lei Orgânica do Ensino Secundário Capítulo VI artigos 81 a 83.

principal o conhecimento da matéria a ser lecionada e não de “práticas pedagógicas” e/ou teorias de subsídio para as práticas.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL – Ministério da Educação e Saúde (1942) – “Decreto-lei no. 4.244, de 9 de abril de 1942 – Lei Orgânica do Ensino Secundário” IN: Anais do Ministério da Educação e Saúde, abril de 1942.
- DRUMMOND, Anna Augusta (2002)– “José Carlos de Mello e Souza” IN: FÁVERO, Maria de Lourdes E BRITTO, Jader de Medeiros – *Dicionário de Educadores no Brasil – da colônia aos dias atuais*. 2ª. ed. Aum. Rio de Janeiro:Editora UFRJ/MEC-INEP-Comped.
- FONSECA, Sílvia Asam da (2004) – *Os professores e a qualidade do ensino: a escola secundária paulista (1946-1961)* – Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- RIBEIRO, Maria das Graças (2002) – *Educação Superior Brasileira: Reforma e Diversificação Institucional* Bragança - Paulista: EDUSF